

ECOSSUSTENTABILIDADE: UMA AGENDA GLOBAL

Renata Santos M. Frechiani¹
Luís Cláudio Frechiani²

RESUMO

Neste artigo destacamos a importância do capital natural para a preservação do ecossistema e da prosperidade da humanidade e para isto devemos rever os tradicionais modelos de crescimento econômico baseado em recursos não renováveis.

Palavras-chave: Eco Sustentabilidade; crescimento econômico.

A visão econômica tradicional, que enxerga os capitais natural e manufaturado como substitutos, está sendo refutada por cientistas, economistas e ambientalistas, pois já é possível mensurar, economicamente, a destruição do nosso ecossistema. O Economista Herman Daly acredita que a humanidade está em uma encruzilhada histórica, pois, pela primeira vez, os limites da prosperidade se devem à falta, não de capital manufaturado criado pelo homem, mas de capital natural.

Em 2018, a Academia Real Sueca de Ciências concedeu o Prêmio Nobel a William Nordhaus e Paul Romer, dois pesquisadores americanos que buscaram respostas para um dos desafios mais básicos do nosso tempo: Como fazer com que o crescimento econômico de longo prazo seja sustentável sem comprometer o planeta para as gerações futuras? As pesquisas de William

¹ Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Federal do Espírito Santo, UFES. Mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos, S.P. Especialista em Agentes de Inovação e Difusão Tecnológica pela Universidade Federal do Espírito Santo, UFES.

² Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Federal do Espírito Santo, UFES.

Nordhaus e Paul Romer, que integram a mudança climática e a inovação tecnológica ao crescimento econômico, lançaram as bases para o mercado de crédito de carbono.

O livro "Capitalismo Natural" (P. Hawken, A. Lovins e L. Lovins) mostra que, dadas as condições tecnológicas atuais, podemos viver em um mundo completamente diferente, no qual o capital natural, cada vez mais escasso, é o recurso mais importante, pois "não aparece por obra de um milagre singular: é, isso sim, o produto do trabalho permanente executado por milhares e milhares de espécies em interação complexa" e deve "ser encarado como a soma total dos sistemas ecológicos que sustentam a vida, diferindo, completamente, do capital feito pelo homem na medida em que não pode ser produzido pela atividade humana". Sendo assim, o capital natural torna-se o fator limitador do desenvolvimento sustentável, pois todas as indústrias dependem de algum recurso natural para produzir.

Para que as mudanças previstas se concretizem, é necessário, segundo Hawken e Lovins, quebrar o antigo paradigma da revolução industrial, centrado nas indústrias do aço, do petróleo e, principalmente, no mais desejado bem de consumo durável do planeta: o automóvel. As externalidades negativas geradas pelo modelo em vigor, com destaque para os engarrafamentos, poluição, aquecimento global, violência, stress e a destruição do capital natural deveriam ser descontadas do PIB e isso exige, além da revisão na forma de contabilizar o PIB, uma aliança entre a economia e a ecologia. Com a atual metodologia, as construções de presídios e de escolas públicas podem promover o crescimento do PIB. No entanto, o investimento em presídios, além de não melhorar o currículo do ser humano, não ataca a origem do problema da segurança pública. Já o investimento em educação articulado com políticas públicas eficientes, além de custar, para o setor público, praticamente o mesmo do que a construção de presídios, eleva o nível educacional, melhora a qualidade da mão de obra, eleva a empregabilidade e reduz a violência, contribuindo bastante para melhorar o nosso Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A solução, segundo Hawken e Lovins, passa, necessariamente, por uma profunda reforma tributária, pois "uma mudança na tributação procura adequar

o preço ao custo". "O sistema atual é degradante. As pessoas conhecem o preço de tudo, mas não têm ideia do custo de nada." Os autores reforçam a sua tese, utilizando como exemplo um litro de pesticida que custa US\$ 9,24. Mas quanto ele custa à sociedade quando penetra nos mananciais, nos rios e na corrente sanguínea?

Recentemente, os jornais publicaram um estudo holandês, sobre uma pesquisa científica que obteve um resultado inédito e infelizmente alarmante. Pela primeira vez, os pesquisadores conseguiram detectar micropartículas de plástico no sangue de seres humanos. Com a pandemia a quantidade de lixo plástico teve um aumento significativo com o uso de máscaras e entregas por delivery, tanto que a ONU, no mês de março deste ano, aprovou uma resolução que em dois anos os 175 países irão aprovar um tratado que combata o plástico descartável. Se analisarmos os dados vigentes, podemos ter a dimensão dos impactos negativos do lixo plástico descartado no meio ambiente, dois milhões de toneladas de plástico são descartadas na natureza por ano em todo o mundo.

Se os governos passassem a levar todos esses fatores e estudos em consideração, seriam bastante tributados o uso de plástico descartável como embalagens plásticas, os emissores de gases, a energia nuclear, a eletricidade gerada de forma não renovável, os derivados do petróleo, o uso veicular das vias públicas, o tráfego aéreo, os pesticidas, fertilizantes sintéticos, o tabaco, água e madeiras das florestas antigas, salmão e outros peixes não criados em cativeiro, os metais e o lixo enviado ao aterro sanitário ou jogado no incinerador, etc. A Europa já está à frente nessa revolução, pois a solução oferecida pela sua reforma tributária ataca dois problemas fundamentais: a degradação ambiental e o alto desemprego estrutural.

Essa reforma encarecerá o uso do recurso escasso, desestimulando o seu uso e estimulando a reciclagem e os circuitos fechados de produção, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os tributos sobre o trabalho, estimulando o uso do fator abundante: o ser humano.

No que diz respeito a matriz energética do futuro, as pesquisas estão bastante avançadas nas áreas fotovoltaicas, eólicas, trens elétricos, a Vale lançou em 2020, a primeira Locomotiva 100% elétrica, em agosto de 2021 entrou na

segunda fase de testes, com previsão de substituir gradualmente a matriz energética da companhia por fontes mais limpas, contribuindo para de redução de 33% das emissões de escopos até 2030. O hidrogênio, deverá no longo prazo, substituir o biocombustível (etanol e biodiesel) liberando espaço para a plantações de alimentos ou para reflorestamentos e, desta forma, as futuras fontes energéticas não disputarão espaço com um fator de produção que não é abundante: a terra.

Referências:

HAWKEN, Paul et al. Capitalismo Natural: criando a próxima Revolução Industrial. Tradução A. de Araújo e Maria Luiza Felizardo.

NORDHAUS, William D., (1994) Managing the commons: The economics of climate change. The MIT.

NORDHAUS, W. D. 1973. World dynamics: measurement without data. *The Economic Journal*. 83:1156–1183.